

Com exceção do líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, as demais lideranças do PMDB, do PFL e do PDS estão propensas a aprovar o projeto original de emenda do governo atribuindo poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em 86. Pimenta está defendendo a ampliação dos prazos de desincompatibilização para ocupantes de cargos do Executivo que pretendam concorrer à Constituinte, de seis meses para detentores de mandato parlamentar, e nove meses para os demais casos.

Essa proposta, no entanto, está sendo atacada pelo relator do projeto de convocação da Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach, que durante a reunião das lideranças, anteontem, na casa do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, anunciou a intenção de não conceder tratamento diferenciado aos ocupantes de cargos do Executivo, pois "não se pode criar privilégios durante disputa eleitoral".

Outro ponto polêmico é a ampliação da anistia para alcançar os militares e civis punidos pelo regime militar de 64, prevista em subemenda do deputado gaúcho Jorge Uequet. O líder do PDT, Nadir Rosseti, deixou claro que a bancada de seu partido votará

CONSTITUINTE

Ainda a discussão sobre os prazos

contra a emenda do governo, se não for ampliada a anistia, posição que também deverá ser adotada pelo PT, segundo previsão do deputado Flávio Bierrenbach.

A questão da anistia também foi discutida na reunião reservada de ontem da Comissão Executiva Nacional do PMDB. O secretário geral do partido, deputado Roberto Cardoso Alves, (SP) observou que o programa do PMDB defende a anistia ampla, geral e irrestrita e, portanto, "não podemos recuar um milímetro". Mas, ponderou, o caminho não é o da subemenda Uequet, mas um projeto de lei.

Cardoso Alves informou que a comissão criada no primeiro semestre para estudar o assunto, integrada por

ele mesmo, pelo deputado Francisco Pinto (BA) e pelo senador Hélio Gueiros (PA) será reativada, para contatos com as assessorias dos ministérios militares. A comissão, depois disso, deverá encaminhar ao presidente da República anteprojeto de lei ampliando a anistia, para que o Executivo o submeta ao Legislativo.

"A emenda Uequet é impertinente, falha, imperfeita. Se aprovada nada resolverá da situação atual dos cassados" — disse Cardoso Alves, ressaltando porém que "se a emenda for submetida a votos, votarei a favor". O líder em exercício do PMDB no Senado, Hélio Gueiros, também fez reparos à subemenda da anistia, comentando que "esse assunto está superando em repercussão a proposta principal, que é a da convocação de eleições para a Constituinte".

O deputado Francisco Pinto reclamou da omissão da direção nacional de não reunir os órgãos competentes para discutir o tema anistia e outros de importância nacional, limitando-se a convocar a Executiva para decidir a prorrogação de mandatos de diretores.

O presidente do partido, Ulysses Guimarães, explicou, no entanto, que

o assunto está sendo examinado pelo partido, citando a reunião que promoveu na véspera, em sua residência oficial, com os líderes partidários da Câmara e do Senado. "Temos de examinar a questão da anistia com naturais cautelas. É um assunto importante e não podemos decidir sem as devidas precauções", disse Ulysses. Sabe-se porém que a questão da anistia praticamente não foi debatida na reunião. Na verdade, durante a reunião não se chegou a nenhuma definição e apenas foram repassadas algumas dificuldades na tramitação da emenda do Executivo e apresentadas algumas fórmulas para resolvê-las. É possível que, até o final da semana, o relator Flávio Bierrenbach comece a redigir seu parecer, que deve ser apresentado à comissão mista do Congresso no próximo dia 15.

Já o PDS deverá formalizar, na próxima semana, seu apoio à emenda Sarney e sua rejeição ao possível aumento de impostos, cogitado por algumas áreas do governo. A decisão, no entanto, só será tomada na terça-feira, na reunião da Executiva Nacional, e quarta-feira, na reunião conjunta de suas bancadas na Câmara e no Senado.